

## Associação Nacional de História – ANPUH

### XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

#### **Relações no campo das Forças Armadas entre Brasil e EUA no período de 1945 a 1952 – cooperação, resistência, tensões**

Rodrigo Udo Zeviani<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho pretende analisar as Forças Armadas brasileiras no contexto do governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) a partir da perspectiva da Guerra Fria no cenário Internacional. Considerando o Brasil como zona de influência estadunidense, pretendemos analisar a força do argumento dos EUA no interior das Forças Armadas brasileiras. Este estudo parte de documentos produzidos pela própria Embaixada dos EUA no Brasil enviados para Secretaria de Estado dos EUA no período acima mencionado.

**Palavras-chave:** Guerra Fria – Forças Armadas do Brasil – Governo Dutra

**Abstract:** This work intends to analyze the Brazilian armed forces in the government's of Eurico Gaspar Dutra context (1946-1950) starting from the perspective of the Cold War in the International scenery. Considering Brazil as zone of American influence, we intended to analyze the force of the argument of the USA inside the Brazilian armed forces. This study start from documents produced by the own Embassy of the USA in Brazil sent for Secretary of State of the USA in the period already mentioned.

**Key Words:** Cold War – Brazilian Armed Forces – Dutra's government

Após a última invasão dos EUA ao Iraque, em que a ONU foi declaradamente desobedecida e afrontada, passei a me questionar o que impediria os EUA de exercerem sua força hegemônica em qualquer outro país no mundo. Se a finalidade era realmente o petróleo, me pergunto neste momento o que não será possível ocorrer quando a necessidade seja a de água. Como o maior detentor desta riqueza natural no mundo e tendo em vista a perspectiva de que a água é um recurso não renovável, sou levado a refletir na possibilidade de que o Brasil possa estar na mira dos interesses internacionais, principalmente dos interesses norte-americanos.

Não se discute a extensão do poder dos EUA, tão pouco me arriscaria a duvidar de sua ousadia. O que me incomoda neste instante é como e o quanto o Brasil estaria preparado para discutir o assunto e, quem sabe, partir para uma política de defesa mais agressiva no caso de isso se fazer necessário.

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pelo PPH UEM – Maringá PR

Observando os gastos militares norte-americanos nos chocamos, tendo em vista que “No seu conjunto, as verbas destinadas à máquina militar americana equivalem às dos quinze países seguintes que mais gastam com armamentos no mundo. Sozinhos, os EUA estão gastando quase 40% dos recursos investidos em sistemas militares no planeta”. (BERTONHA, 2006).

É claro que todo esse gasto militar existe com a finalidade de manter a predominância hegemônica (e porque não imperial) dos EUA no mundo. Mas, como salienta John Keegan, a guerra não é só combate, mas faz parte de um todo. No Brasil, encontramos instituições militares que estão amplamente ancoradas nesta idéia. Recentemente, a própria Escola Superior de Guerra – ESG – compreendendo este conceito tem debatido amplamente a renovação e estruturação das grades curriculares que pudessem oferecer suporte e atualização nas discussões militares.

É interessante notar a visão de dentro da ESG hoje sobre a posição hegemônica dos EUA principalmente no campo militar. Sobre os conceitos de Segurança e desenvolvimento, o Tenente Brigadeiro e Ex Comandante da ESG Sérgio Xavier Ferolla comenta:

*Dentro do que chegou a ser chamado de “a nova ordem mundial”, todos esses princípios passaram a enfrentar óbices quase que insuperáveis, frente a uma realidade internacional manipulada por estruturas hegemônicas que, pela força do poder econômico e militar, buscam impor às nações soberanas suas visões deformadas dos melhores rumos para a humanidade.<sup>2</sup>*

Compreendendo então a hegemonia das Forças Armadas dos EUA e o fato de a própria ESG participar de debates hoje que procurem reavaliar a posição crítica a respeito de si própria e a respeito do mundo no qual o Estado brasileiro está inserido, vale ressaltar que nada disso foi construído do dia para a noite. No que concerne a idéia de processo, pretendemos rever o caminho de aproximação destes dois países no campo das Forças Armadas e fazer uma releitura do grau de influência do pensamento norte-americano no interior das Forças Armadas do Brasil. Para tanto, precisamos voltar no tempo.

O ano é 1945, o cenário é o Brasil getulista e o contexto é a volta da Força Expedicionária Brasileira (FEB) do teatro de guerra italiano para o Brasil. Não pretendo aqui abordar todo o sacrifício que estava implícito neste retorno, pois este não é meu objeto e além da falta de espaço, muitos outros já o fizeram com muito maior maestria antes de mim, mas vale salientar que esta volta foi complexa na medida em que estes soldados necessitavam de um suporte da parte do governo que jamais receberam. Por fim, com medo de uma possível

---

<sup>2</sup> FEROLLA, Sérgio Xavier. **Brasil 500 anos – ESG 50 anos**. Texto publicado pela Escola Superior de Guerra.

revolta dada à união dos pracinhas, estes foram, por medida cautelar do Estado, divididos, anulados, cooptados.

Desde o início do Estado Novo, em 1937, o Brasil não contava com a presença de partidos políticos, mas, dadas as circunstâncias ao final da Segunda Guerra Mundial, era insustentável a presença política de Getúlio Vargas na presidência da república. Assim, com o processo de reabertura política e a retomada das eleições, o Brasil passava a reviver a impressão do retorno da democracia. O general Eurico Gaspar Dutra fora eleito presidente e deveria então construir alianças e procurar apoio e sustentação para seu governo dentro e fora do país.

Se, no plano interno o Brasil vivia um processo de redemocratização, no plano externo o mundo assistia aos primeiros movimentos da chamada Guerra Fria. A doutrina Truman e o Macarthismo davam claras demonstrações de que os EUA estariam dispostos a atacar o comunismo onde este se fizesse presente. Obviamente os EUA possuíam uma enorme área de influência e o Brasil não era exceção. Sobre isso, não há segredo. O próprio Tenente Brigadeiro Ferolla, citando o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães admite que

*No centro das estruturas hegemônicas se encontram as Grandes Potências e, dentre elas, a Super Potência – Os Estados Unidos da América do Norte –, o único Estado com interesses econômicos, políticos e militares em todas as áreas da superfície terrestre, na atmosfera e até no espaço sideral, e o grande responsável pela criação das estruturas hegemônicas que lideram.*

*Em termos mundiais, “a grande estratégia militar dos Estados Unidos poderia ser resumida na idéia de manter a hegemonia militar adquirida na Segunda Guerra Mundial, em termos de presença e de liderança tecnológica, de modo a garantir a expansão econômica pacífica dos interesses americanos, o bem estar e a segurança da sociedade americana”.*

*A estratégia política americana para a América Latina tinha e tem como objetivo principal manter e preservar a Doutrina Monroe e estruturar um organismo hemisférico que legitime as intervenções militares americanas, quando estas se fizerem necessárias.*

Então o assunto estaria encerrado? Os EUA dizem o que desejam, os países periféricos obedecem e cada um volta muito feliz pra casa por ter cumprido seu papel. Pura ironia! É claro que o governo brasileiro precisava estar diretamente em sintonia com os interesses estadunidenses, pois, como afirma Sony Davis, os EUA chegaram a ter regimentos do exército especialmente separados para invadir o Brasil quando houve a ameaça do governo brasileiro em aliar-se às forças do Eixo ao longo da Segunda Grande Guerra. Estar aliado aos EUA também era sinal de bons negócios, em que pese que nada esteja separado, militares, política e economia.

Mas, na prática, o que podemos notar pela própria documentação do serviço de informações da embaixada dos EUA enviada para a secretaria de Estado norte-americana, é

que o Brasil cumpriu a dita cartilha. Ou seja, comunistas eram perseguidos, o Partido Comunista fora fechado, os direitos políticos de personalidades políticas foram cassados.

Interessante é notar nestes documentos que muito pouca, ou quase nenhuma observação é feita aos vários recortes de jornais de esquerda que eram enviados aos EUA. Não quero aqui provocar uma discussão historiográfica, sei que cada documento contido no NARA é passível de discussão e tem, por si só, toda a característica e edição que o poder pode proporcionar. Mas, nos próprios documentos são feitas referências ao fato de se permitir todo o tipo de crítica na imprensa aberta aos EUA, pois de alguma forma isso mostraria o perfil democrático da potência do norte.

Ao que consta nestes documentos enviados pela embaixada estadunidense à Secretaria de Estado de seu país, notamos que os levantamentos sobre atividades comunistas e infiltrações de comunistas em órgãos públicos são normalmente relatórios de entidades governamentais brasileiras.

Sabemos que o governo Dutra perseguiu comunistas no Brasil. O partido foi fechado em 7 de maio de 1947, e também é óbvio que os comunistas procuraram combater o feito, mas, acabaram sendo enfrentados e violentamente combatidos pelo “nascente regime democrático”. Isso servia como um demonstrativo aos EUA de que a política brasileira estava preocupada em mostrar-se simpática aos interesses norte-americanos. Porém, pelo que temos constatado nos documentos aos quais temos acesso, é que na verdade os EUA tinham muitas outras coisas para se preocuparem do que com pequenos focos comunistas no Brasil, um país periférico. Chego a arriscar dizer que o combate aos comunistas no Brasil era muito mais uma preocupação interna do governo Dutra do que uma preocupação dos EUA.

Este é um trabalho político. As fontes são políticas e politicamente influenciadas. Sabemos que a leitura de documentos estadunidenses proporciona uma visão unilateral do processo de combate ao comunismo neste momento e é justamente em busca disso que estamos. Em busca da forma de relatar o que se dizia contra eles mesmos. Ao que parece o comunismo no Brasil não parecia preocupar tanto os EUA quanto preocupava o próprio governo brasileiro.

De acordo com os documentos do National Archives Record Administration (NARA), um dos poucos levantamentos feitos a serviço da embaixada dos EUA por norte-americanos, um adido diplomático militar no Rio de Janeiro informara a presença de comunistas nas Forças Armadas. No exército, local onde fora encontrada a maior quantidade de simpatizantes das idéias esquerdistas, cerca de 10% do baixo oficialato seria supostamente

comunista. Enquanto que no alto escalão, em todo o Brasil haveria, no máximo, cerca de 30 simpatizantes do comunismo.

Haviam comunistas nas Forças Armadas neste momento? Sim. Após a guerra, muitos soldados desejavam receber o que lhes era devido, desde a garantia de um trabalho, indenização por danos físicos ou psíquicos, direito a uma carreira, as intenções variavam, mas as respostas não. Assim, não poucos soldados resolveram filiar-se a grupos maiores que pudessem expressar os interesses do grupo como um todo. Parte destes soldados filiou-se ao Partido Comunista. Outros grupos filiaram-se a associações de ex-combatentes. Fica subentendido que boa parte, destes militares não estava no Partido Comunista exatamente por razões de ideologia. Procuravam no Partido uma espécie de trincheira, da qual poderiam disparar suas perspectivas e reivindicações, sem sofrerem retaliações diretamente pessoais. O governo, segundo outros microfílm, teria proposto acatar as reivindicações de alguns pracinhas caso abandonassem movimentos de esquerda e, ao que consta no NARA, foram atendidos. Por outro lado, haviam muitos soldados que admiravam o que o comunismo estava realizando na URSS e eram simpáticos sim ao Partido.

Não desejamos passar aqui a impressão de que os EUA não se importavam de nenhuma maneira com o comunismo no Brasil. Como já foi citado, os EUA se preocupam com tudo. Mas enquanto o Brasil estivesse sob controle (e pareceu sempre estar) não havia razão para atitudes desesperadas. Tudo parecia estar sob controle. O Brasil estava dentro das perspectivas estadunidenses. A questão aqui é prioridade. A URSS saíra vencedora da Segunda Guerra Mundial, apesar de estar economicamente prostrada, e a Europa começava um processo de reconstrução, de maneira que proteger a Europa do avanço do comunismo era prioridade máxima para o governo dos Estados Unidos.

No dia 12 de junho de 1947, o jornal Hoje, publicou a transcrição do discurso de um deputado norte-americano – George Bender. O artigo foi enviado ao Brasil pelo correspondente do jornal em Washington. A reportagem era intitulada “A América Latina precisa de máquinas e não de canhões”. Segundo o artigo, o deputado teria feito, em plenário, uma crítica ao governo Truman que pretendia fazer da América Latina um acampamento militar. Nos documentos do NARA, não existem observações e nem comentários a respeito desta e outras reportagens. Soa quase como que uma concordância irônica. Como se os EUA realmente entendessem o que a América Latina precisa, mas estão acomodados na verdade porque têm o continente em suas mãos.

Os norte-americanos chegaram a criar, junto com o alto oficialato brasileiro a Escola Superior de Guerra. Sony Davis comenta que para muitos militares brasileiros, Harry

Truman tinha uma política de ameaça à grandeza pretendida pelo Brasil na América Latina. Tendo sido o único país da América do Sul a ter enviado soldados à Segunda Guerra Mundial, o Brasil pretendia confirmar seu papel de potência militar na América do Sul. Os chamados “esquerdistas” de viés essencialmente nacionalista dentro das Forças Armadas, viam na criação da ESG a possibilidade de uma independência e fortificação militar do Brasil. Pretendiam assim, o desligamento com os EUA. No entanto os estadunidenses tinham outros planos. Para controlar o exército foi preciso ceder. Foi preciso levar o oficialato a acreditar que poderiam manter um exército atualizado se o mantivessem em contato com os EUA. O debate entre os ditos nacionalistas (esquerdistas dentro das Forças Armadas) e os internacionalistas (partidários da aliança com os EUA) durou ainda algum tempo. As eleições para o clube militar de 1950 deram a vitória aos nacionalistas. Porém, em 1952, após uma série de corruptelas flagrantes, os internacionalistas fincaram sua bandeira à liderança do clube militar. Os EUA, se um dia haviam se preocupado com a infiltração de comunistas dentro das Forças Armadas no Brasil, poderiam agora dormir felizes.

Nosso estudo não é conclusivo. Há muito que pesquisar e imensos levantamentos e cruzamentos de informações devem ser realizados ainda. Mas, a fim de refletir, valeria a pena ver o discurso de George Bender tornar-se realidade. Onde quer que os EUA colocassem o pé, que houvesse a intenção de implantar máquinas ao invés de armas. Provavelmente George Bush filho teria um enfarte fulminante neste dia.

### **Bibliografia:**

BANDEIRA, Moniz. **Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950 - 1988)**. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

BERTONHA, João Fábio. **Geopolítica e relações Internacionais na virada do Século XXI: uma história do tempo presente**. Maringá: Eduem, 2006.

DAVIS, Sonny. **Brazil - United States military relations in the early post war II era**. In: *Diálogos/ Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá*. Vol. 6. Maringá: UEM/ DHI, 2002

DAVIS, Sonny. **A Brotherhood of arms: Brazil – United States relations, 1945– 1977**. Colorado: University Press of Colorado, 1996.

FERRAZ, Francisco César Alves. **Os Veteranos da FEB e a sociedade brasileira**. In.: *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

FEROLLA, Sérgio Xavier. **Brasil 500 anos – ESG 50 anos**. <http://www.esg.br/Biblioteca/biblioteca.html> - 19/04/2007

MUNHOZ, Sidnei J. **Ecos da Emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)**. In: *Diálogos/ Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá*. Vol. 6. Maringá: UEM/ DHI, 2002

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: Poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina**. Trad. Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930 – 1964)*. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.